

RESET

▶ **RESPOSTAS E ESTRATÉGIAS
DOS GOVERNOS PARA RECUPERAÇÃO
ECONÔMICA DURANTE A PANDEMIA**

REALIZAÇÃO



COFINANCIAMENTO



UNIÃO EUROPEIA

Sumário

03 _ Resumo

04 _ Introdução

06 _ Experiências Internacionais, Nacionais e Locais

- Estratégias Internacionais de enfrentamento aos problemas econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus
- Estratégias de enfrentamento aos problemas econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus no Brasil
- Estratégias de enfrentamento aos problemas econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus nos Estados, Regiões e Municípios

26 _ Discussão: do Global ao Local

- Estratégias adotadas no Brasil
- Estratégias dos Municípios, Regiões e Estados para recuperação econômica

36 _ Considerações

38 _ Referências

41 _ Anexos

42 _ Autora

Resumo

Se as economias mundiais vinham de um período de recuperação econômica desde a crise de 2008 e, no Brasil, ainda da crise de 2015, a pandemia do novo coronavírus descortinou um cenário de desigualdade já existente em nossa sociedade, mas que ficou mais evidente neste momento de crise sanitária. Nesse cenário, a ação dos governos nas três instâncias (federal, estadual e municipal) foram fundamentais para o combate aos problemas de saúde, sociais e econômicos decorrentes da pandemia. Assim, este artigo apresenta uma análise das diferentes estratégias adotadas, evidenciando o papel do Estado nestas ações e a essencial articulação deste com setor privado e outros atores locais, tais como associações, instituições de ensino, dentre outros.

Como resultado, identificou-se a necessidade de respostas à crise econômica focadas em ações locais, como o apoio aos pequenos negócios por financiamento, as compras institucionais, o associativismo e economia solidária, bem como ações de isenção tributária.

1. Introdução

A pandemia do novo coronavírus parece estar mais próxima de completar um ano do primeiro caso notificado que do seu fim. Esta crise de saúde tem gerado consequências ligadas às múltiplas dimensões da vida humana em todos os lugares do mundo. O espectro mais visível dos problemas relaciona-se à saúde e aos efeitos socioeconômicos. Se, por um lado, o isolamento social salvou inúmeras vidas e evitou a sobrecarga aos sistemas de saúde, por outro, gerou desemprego e retração das economias mais fortes, especialmente porque uma das formas mais eficazes no combate à disseminação do vírus – distanciamento social – trouxe a redução da circulação de pessoas, serviços, bens e mercadorias, ou seja, de toda a matriz econômica mundial.

China, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Espanha, México, Chile, Brasil, dentre outros países, viram sua produção cair drasticamente no primeiro quarto de 2020 e estes resultados seguem refletindo nos dias atuais. No caso brasileiro, o estudo do Banco Mundial “COVID-19 no Brasil: Impactos e Respostas de Políticas Públicas” de junho de 2020, aponta que o país deve viver a maior recessão econômica; soma-se a isto as “sequelas” de crises na história recente, deixando aproximadamente 40% da população exposta às consequências do novo coronavírus (população pobre).

Nesse sentido, as questões estruturais da economia brasileira são pontos agravantes no combate à disseminação do vírus. Trabalhos como o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2020) mostram que em regiões de vulnerabilidade social, com habitações em condições precárias, famílias compartilhando mesmos cômodos, sem infraestrutura de saneamento básico e de saúde, os problemas econômicos, sociais e de saúde ficam ainda mais agravados em uma pandemia.

Esta é a atual realidade e um desafio que se soma a um cenário complexo aos gestores públicos: a prevalência da desigualdade social na população é fator preponderante nos impactos sociais e econômicos da crise sanitária, tendo repercussões e demandas no curto, médio e no longo prazo. Para o Banco Mundial (2020), se não houverem medidas de mitigação dos impactos sociais e econômicos, a desigualdade aumentará no Brasil, resultando em cerca de 7.2 milhões de pessoas na linha da pobreza¹ ainda este ano, elevando a taxa para 22,7%.

¹ Ponto de corte para a pobreza: U\$5,50 dólares por dia por pessoa.

Adicionado à crise da pandemia, a gestão pública já vinha pressionada por crises de anos anteriores que resultaram nos recentes ajustes fiscais, na redução do recurso público em áreas essenciais e pela demanda cada vez maior de eficiência e efetividade das políticas públicas nos territórios. Não somente a população mais vulnerável ficou exposta à crise sanitária e econômica, o contingente de trabalhadores não formalizados, bem como os trabalhadores por conta própria e até mesmo os formais ficaram expostos aos problemas decorrentes das medidas sanitárias de distanciamento social.

Nogueira, Silva e Carvalho (2020), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), no primeiro trimestre de 2020, destacam que, no Brasil, 39 milhões de trabalhadores enquadram-se como informais, o que representa 42% do total da população ocupada; soma-se a esse contingente, 5,4 milhões de trabalhadores por conta própria, muito dos quais microempreendedores individuais (MEIs), e mais 150 mil trabalhadores intermitentes, chegando assim a 48,5% da população ocupada. Esses micros e pequenos empreendimentos também respondem por mais de 50% dos empregos formais no Brasil, especialmente no setor de comércio e serviços, sendo os motores fundamentais das economias locais (AGÊNCIA SEBRAE)².

Diante do exposto, diversas medidas foram adotadas pelos países para reduzir o contágio e os impactos na saúde. Consequentemente, o distanciamento social e a redução na circulação de pessoas, mercadorias e serviços resultou em problemas de cunho econômico, o que demandou dos governos a elaboração de estratégias mais amplas no combate à pandemia.

Mas afinal, quais respostas já foram dadas pelos governos federais, estaduais e municipais para criar e implementar estratégias de combate às consequências socioeconômicas de uma pandemia? Qual a importância destas ações e como elas terão reflexos nas economias locais e regionais? Quais aprendizados ficarão da pandemia do novo coronavírus?

² Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-ja-representam-30-do-produto-interno-bruto-do-pais,7b965c911da51710VgnV-CM1000004c00210aRCRD>

2. Experiências Internacionais, Nacionais e Locais

De acordo com as condições sanitárias e econômicas, cada país, estado e município definiu estratégias tanto para conter a disseminação do vírus, como para manter as economias de suas regiões. Assim, **apresentamos algumas estratégias adotadas no âmbito internacional, no Brasil e em diferentes estados e municípios. Tais casos servirão para embasar as discussões sobre a importância e limitações destas ações e como elas podem servir de aprendizado para a recuperação econômica inclusiva.**

Tabela 1: Estratégias Internacionais de enfrentamento aos problemas econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus

▪ UNIÃO EUROPEIA

Estratégia	Categoria ³
- Suspensão das disciplinas orçamentárias obrigatórias aos países membros, como a que define que o déficit público dos países membros do bloco deve permanecer abaixo de 3% do PIB.	Diretrizes gerais de política fiscal
- Instauração de instrumento de recuperação temporário para os Estados-Membros – <i>Next Generation EU</i> .	Plano de recuperação internacional

³ Ver glossário da categorização das estratégias em ANEXO I

▪ FRANÇA

Estratégia	Categoria
<ul style="list-style-type: none">- Possibilidade de estatização de empresas para evitar falência.	Estatização
<ul style="list-style-type: none">- Plano de 45 bilhões de euros em apoio às empresas com dificuldade financeira, possibilidade de nacionalização destas empresas e manutenção do pagamento de salários dos trabalhadores.- 300 bilhões de euros para empréstimos bancários e ampliação do plano de “desemprego parcial” (programa de suspensão de contrato de trabalho na França, com pagamento de parte do salário do empregado pelo Estado e oferta de formação profissional).- Criação de um fundo solidário para Micro e Pequenas Empresas e trabalhadores por conta própria que tenham perdido 70% do faturamento.	Crédito para Empresas para manutenção de empregos
<ul style="list-style-type: none">- Suspensão da cobrança de impostos, contas de luz, água e gás e de aluguéis.	Benefícios tributários

▪ HOLANDA

Estratégia	Categoria
<ul style="list-style-type: none">- Pagamento de até 90% dos salários dos trabalhadores, durante três meses, nas empresas que apresentarem perda de pelo menos 20% da receita. Para serem elegíveis, as empresas não devem demitir nenhum funcionário por razões econômicas durante o período coberto pelo subsídio.- Assistência adicional aos trabalhadores autônomos.	Garantia de emprego e renda

▪ ALEMANHA

Estratégia	Categoria
<ul style="list-style-type: none">- Empréstimos “ilimitados” às empresas afetadas pela pandemia, além de incentivos fiscais.- Disponibilidade de mais de 500 bilhões de euros em crédito para assegurar a liquidez das empresas.	Crédito para Empresas e Benefícios tributários
<ul style="list-style-type: none">- Implementação do Fundo de Estabilização Econômica, no montante de EUR 756 bilhões (R\$ 2,1 trilhões), equivalente a, aproximadamente, 23% do PIB do país.	Proteção Social e garantia de emprego e renda
<ul style="list-style-type: none">- Pagamento pelo Estado de, ao menos, 60% dos salários de empregados cujas jornadas de trabalho foram reduzidas durante a pandemia.	Garantia de emprego e renda

▪ PORTUGAL

Estratégia	Categoria
- Liberação de uma linha de crédito de 200 milhões de euros para as empresas; e uma linha de crédito de 60 milhões de euros para microempresas do setor de turismo.	Crédito para Micro, Pequenas e Grandes Empresas
- Bolsa de formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).	Educação empreendedora
- Lay off simplificado : apoio de 2/3 das remunerações, com 70% do valor coberto pela Seguridade Social. - Adoção de um regime excepcional e temporário de isenção de pagamento de contribuições à Seguridade Social, prorrogação de prazos de pagamentos de impostos e outras obrigações.	Benefícios tributários
- Aceleração do pagamento às empresas pela administração pública .	Ativação de comércio e produção via compras públicas

▪ REINO UNIDO

Estratégia	Categoria
<p>- Liberação de três pacotes de recursos de 38 bilhões de libras (cerca de R\$ 223 bilhões) para garantir o pagamento de 80% dos salários dos trabalhadores ingleses a partir de março e ao longo de três meses. Total: 2,5 trilhões de reais.</p>	Garantia de emprego e renda
<p>- A maior parte dos recursos (78,2%) serão alocados sob a forma de empréstimos, garantias governamentais e aquisições patrimoniais de empresas pelo Estado britânico, distribuídos de forma relativamente equânime entre pequenas e médias (40,2%) e grandes empresas (38,7%).</p>	Crédito para Micro, Pequenas e Grandes Empresas

▪ EUA

Estratégia	Categoria
<p>- Programa de crédito de US\$ 349 bilhões em empréstimos destinados a empresas enquadradas como pequenas e médias, e, também, permite o acesso a esse fundo por outras organizações passíveis de serem elegíveis nesse programa.</p>	Crédito para Pequenas e Médias Empresas
<p>- Enviou recursos diretamente para as famílias, como parte de um pacote de estímulo à economia da ordem de US\$ 850 bilhões. A medida prevista propõe doar mil dólares por família.</p>	Transferência direta de renda
<p>- Outras ações planejadas: a) conceder ajuda de US\$ 50 bilhões de dólares ao setor aéreo e b) compra de dívidas corporativas de curto prazo das empresas pelo FED (banco central estadunidense).</p>	Suporte direto a grandes empresas/ cadeias econômicas

Tabela 2: Estratégias de enfrentamento aos problemas econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus no Brasil⁴

▪ **LEGISLATIVO**

Estratégia	Categoria
- Decreto de calamidade pública para o ano de 2020, o que permite o não cumprimento da meta fiscal estabelecida para o ano, bem como a suspensão das regras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.	Diretrizes gerais de política fiscal

▪ **CONGRESSO NACIONAL**

Estratégia	Categoria
- Aprovou a lei complementar que prevê auxílio financeiro para estados e municípios de até R\$ 125 bilhões frente à pandemia.	Auxílio financeiro governamental entre entes

⁴ As ações e medidas adotadas pelo governo federal, legislativo e judiciário não se esgotam nas informações apresentadas neste quadro, o qual serve apenas como referência de algumas estratégias que influenciam direta ou indiretamente a recuperação econômica do país.

▪ GOVERNO FEDERAL

Estratégia	Categoria
- Aprovação do Orçamento de Guerra : separou o orçamento do governo federal em relação ao orçamento das medidas para combate à COVID-19 e permite o aumento da emissão de dívida pública.	Diretrizes gerais de política fiscal
- Programa (auxílio emergencial) de R\$ 600 mensais para trabalhadores desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEIs), entre outros profissionais de baixa renda, no período de 4 meses. Estendido até o final de 2020 no valor de R\$300,00, para um público mais restrito. - Antecipação de recursos : antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS (medida de R\$ 46 bilhões), antecipação do abono salarial (R\$ 12,8 bilhões), reforço do orçamento do Programa Bolsa Família (R\$ 3,1 bilhões).	Transferência direta de renda
- Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda : trabalhadores formais e consiste em permissão para se reduzir a jornada de trabalho e salários de empregados proporcionalmente, sem demissão, em 25%, 50% ou 70%, em comum acordo, com garantia de parte do salário ser paga pelo governo tomando como base de cálculo o seguro-desemprego, de forma que o trabalhador ganhe, ao menos, o equivalente ao salário mínimo (atualmente, em R\$ 1.045).	Garantia de emprego e renda
- Diferimento no pagamento de impostos e linhas de crédito para financiamento das empresas.	Benefícios tributários e Crédito para Empresas

Estratégia	Categoria
<ul style="list-style-type: none"> - Adiamento do pagamento de impostos de empresas, como FGTS e Simples (R\$ 30 bilhões e R\$ 22,2 bilhões, respectivamente), a redução de 50% na contribuição das empresas ao sistema S por 3 meses (R\$ 2,2 bilhões), a redução temporária de alíquota de IOF sobre operações de crédito (R\$ 7 bilhões) e o adiamento e/ou redução de até 95% das contribuições previdenciárias patronais para empresas com até 100 trabalhadores afetadas pela pandemia. 	Benefícios tributários
<ul style="list-style-type: none"> - Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) - Criação de programa de crédito com linhas para microempreendedores individuais (MEIs), micros, pequenas e médias empresas. Possibilita que os MEIs, as micro e pequenas empresas tomem até R\$ 50 mil emprestados por meio de maquininhas de cartão, possibilidade incluída na Câmara e mantida no Senado. 	Crédito para Micro, Pequenas e Grandes Empresas

▪ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Estratégia	Categoria
<ul style="list-style-type: none"> - Linhas de crédito da Caixa Econômica Federal para socorrer bancos e empresas (R\$ 108 bilhões), linhas de crédito do Banco do Brasil (R\$ 100 bilhões), além de medidas adotadas pelo BNDES, que incluem R\$ 20 bilhões em transferências do PIS/Pasep para o FGTS, R\$ 30 bilhões. 	Crédito para Micro, Pequenas e Grandes Empresas

▪ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL + SEBRAE

Estratégia	Categoria
- Linha especial de crédito para MEIs, micro e pequenas empresas , no total de R\$ 7,5 bilhões.	Crédito para Micro, Pequenas e Grandes Empresas

Tabela 3: Estratégias de enfrentamento aos problemas econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus nos Estados, Regiões e Municípios

▪ ESTADO DO CEARÁ

Estratégia	Categoria
- Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa) + compras públicas + indústria têxtil: parceria promovida entre Estado e Municípios a partir de editais de compras públicas que focalizaram empresas locais para prestação de serviços específicos no combate à pandemia. Governo estadual adquiriu 5 milhões de máscaras em tecido reutilizável. Os produtos foram fornecidos por oito empresas do setor têxtil, que aderiram ao edital de chamamento público lançado em abril; a produção foi realizada por costureiras e empresas locais, o que permitiu a garantia de emprego e renda. Conforme informativos governamentais, uma nova compra de mais de 600mil máscaras foi realizada nos meses seguintes, mantendo o aquecimento do setor nos municípios cearenses.	Ativação de comércio e produção local via compras públicas

▪ MUNICÍPIOS DE PEDRAS DE FOGO E JURIPIRANGA – PB

Estratégia	Categoria
<p>- IFPB Solidário: ação de professores, gestores, servidores e estudantes com diversos parceiros, como prefeituras municipais e associações de trabalhadores locais, promovendo articulações em torno da economia solidária e da prática extensionista. Além de projetos no campo da saúde, o IFPB atuou na formação de uma rede colaborativa de costureiras, no <i>campus</i> de Pedras de Fogo, além de associações de mulheres em vulnerabilidade social, como a Associação das Mulheres Águias de Pedras de Fogo e a Associação das Mulheres da Una de São José. Esse projeto também contou com o apoio das prefeituras dos Municípios de Pedras de Fogo e de Juripiranga. Público: mulheres organizadas em núcleos urbanos e rurais para atividades coletivas nos setores de agricultura, artesanato e costura, que estão atuando na produção de máscaras faciais de tecido para atender à demanda dos equipamentos de saúde e socioassistenciais dos municípios próximos, gerando renda para as famílias produtoras. O IFPB atua na logística do projeto: recolhe o material (tecido de algodão, TNT, elástico, linha etc.), distribui às costureiras (preferencialmente àquelas ligadas às associações) e realiza as entregas das máscaras após confeccionadas; contribui também na negociação de parcerias com as prefeituras locais para a aquisição de quantidades determinadas de máscaras de tecido para suprir suas demandas. As prefeituras, por sua vez, remuneram as costureiras com o valor acertado da produção após a entrega dos produtos. Como resultados, mais de 1,2 mil máscaras foram confeccionadas e distribuídas para unidades de saúde em todo o estado da Paraíba, somando mais de R\$ 80 mil em investimentos.</p>	<p>Aproximação com Universidades</p> <p>Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária</p>

▪ BAIXADA CUIABANA, REGIÃO DO ALTO PARAGUAI E REGIONAL SUL – MT

Estratégia	Categoria
<p>- Programa Redes de Comercialização Solidária-UFMT. Ação de extensão universitária + Cooperativas da RECOOPSOL – PNAE. Com suspensão das aulas foram criadas alternativas para reforçar as iniciativas de comercialização direta de alimentos e produtos das cooperativas e associações que integram a Recoopsol. As ações foram: entregas porta a porta, com uso de aplicativos de comunicação e de comercialização, comercialização via páginas <i>on-line</i>. O programa Recoopsol, com aporte da equipe de comunicação, produziu um texto de divulgação para a rede liderada pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA). Como resultados, ainda na pandemia, o CTA teve acréscimo de 200% nos pedidos em Cuiabá e Várzea Grande; a COOPRVV apresentou crescimento de demanda, a ponto de garantir a venda de toda a produção disponível, reduzindo perdas. Já a Coopernossasenhora teve crescimento de 35% nos pedidos em Cuiabá e Várzea Grande, propiciando a ampliação da variedade de produtos oferecidos, com acréscimo de laticínios. Foi realizado apoio para o levantamento de custos das entregas para a definição do preço a ser praticado. A próxima ação será a ampliação do mercado a partir da operação de um aplicativo de venda para celular desenvolvido pela equipe de tecnologia da informação do programa.</p>	<p>Aproximação com Universidades</p> <p>Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária</p>

▪ ARARAQUARA – SP

Estratégia	Categoria
<p>- Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (Nepesc) + Coordenadoria de Trabalho e Economia Criativa e Solidária da Prefeitura Municipal de Araraquara: o apoio à produção de alimentos e de máscaras. No campo de produção de alimentos, houve parceria com a Associação Horta Comunitária da Zona Norte, com criação e a disseminação do movimento “Terra Solidária – por mais quintais produtivos”. Mais de 30 hortas criadas em quintais de residências, em escolas, na Moradia Estudantil, nos municípios de Araraquara, Matão e Américo Brasiliense, por meio do projeto Corredor Verde Agroflorestal. Na questão da produção de máscaras, a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP: apoio na utilização do espaço Kaparaó, para mulheres vinculadas à Associação Mãos que criam produzissem máscaras de pano, como forma de contribuir para a proteção da população e para a geração de renda. Ainda o Nepesc vem realizando um amplo mapeamento dos demais empreendimentos solidários existentes em Araraquara e região, com vistas à identificação de suas respectivas fragilidades e possibilidades de superação, de modo a assegurar a geração de renda.</p>	<p>Aproximação com Universidades</p> <p>Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária</p>

▪ JUNDIAÍ - SP

Estratégia	Categoria
<p>- As ações inicialmente implementadas pela prefeitura incidiram sobre o campo tributário, à exceção dos setores industriais. Foi realizado a renovação automática da isenção do IPTU 2020 para 1700 contribuintes idosos; ampliação dos prazos de validade dos alvarás; prorrogação de tributos como ISS, taxa de alvará e outras taxas para operação de empresas e empreendimentos. Todas as prorrogações estão livres de multa e correção e são destinadas aos profissionais autônomos, empresas de pequeno porte, feirantes, dentre outras categorias que foram diretamente afetadas com a pandemia. As ações apresentadas pela gestão municipal representaram uma queda na arrecadação, mas buscaram manter os empregos e a renda para não deixar a economia local estagnada.</p>	Benefícios tributários

▪ MONTENEGRO - RS

Estratégia	Categoria
<p>- Programa “Sou daqui, compro aqui!”. Fundadores: Jornal IBIA + ACI + CDL + Sindilojas + Prefeitura de Montenegro. O programa tem como objetivo fomentar o comércio no município, incentivando a compra por meio de pontos de troca - <i>cashback</i>. Há um custo de 10,00 para as empresas que aderem o programa, para cobrir gastos com a impressão e divulgação de material de marketing. Sendo lançado ainda no início da pandemia, o programa destaca a necessidade da circulação local de bens e serviços e o quanto essa demanda movimenta a economia, gerando empregos, renda e impostos ao município, focando na mobilização da sociedade pela valorização do local. Atualmente está sendo implementado o uso de um aplicativo para a compra e troca por pontos (a cada R\$1,00 = 1 ponto) e cada empreendimento estabelece a pontuação mínima ou os descontos em produtos e serviços. O programa seguirá ao longo de 2020 e tem se aperfeiçoado e digitalizado, o que possibilitará maior interação com a população, além do baixo custo para sua execução.</p>	Exploração das vocações locais

▪ FLORIANÓPOLIS – SC

Estratégia	Categoria
<p>- Programa Juro Zero Floripa. Programa de microfinanciamento, existente desde 2017, que busca incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no município (decreto n. 17.809, de 24 de julho de 2017). No período da pandemia, para atendimento de micro empreendedores individuais - MEI e microempreendedores – ME, o subsídio financeiro do Programa ficou limitado em três operações de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para Microempreendedores Individuais (MEI) e Micro Empresas (ME) com duas operações de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Para os valores de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), os créditos/empréstimos serão quitados em 12 (doze) parcelas, sendo a última paga pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, caso haja quitação em dia das 11 (onze) parcelas iniciais. A assistência aos microempreendedores que quiserem participar do Juro Zero, neste período de distanciamento social, é realizada de forma <i>on-line</i>, pelo Banco do Empreendedor. Suspensão da TLULP (taxa de licença para utilização de logradouros públicos).</p>	Crédito para Micro, Pequenas Empresas

▪ REGIÕES METROPOLITANA DO DELTA DO JACUÍ E VALE DO RIO PARDO. SANTA CRUZ DO SUL - RS

Estratégia	Categoria
<p>- Sendo as feiras livres o principal canal de comercialização da agricultura familiar e dos negócios comunitários, o isolamento social causado pela COVID19 trouxe um problema duplo: redução ou fim das feiras locais e a diminuição das compras institucionais. Assim, Cooperativas e Associações têm viabilizado seus negócios na pandemia pela comercialização direta, usando aplicativos telefônicos para contato com os consumidores ou redes sociais, entregando cestas e produtos diretamente. Essa estratégia permitiu evitar perdas maiores tanto financeiras quanto o desperdício dos produtos alimentares. Mesmo com estas alterações nos canais de comercialização, não há um padrão nas estratégias adotadas nas regiões. Os canais de comercialização direta têm mostrado interessante capacidade de reação e resiliência para adaptação, principalmente quando associado ao apoio das gestões municipais e das agências/empresas de extensão rural. Outras ações foram pontuadas como estratégias de manutenção da comercialização de alimentos: alteração na logística; mudanças no sistema de transporte e entrega; aumento nas práticas de limpeza dos alimentos e materiais usados; aumento no uso de embalagens plásticas para acondicionar os produtos; criação de informes para orientação aos consumidores; mudança no sistema de pagamento; mudanças no horário de funcionamento / frequência das entregas.</p>	<p>Exploração das vocações locais</p> <p>Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária</p>

▪ MARICÁ - RJ

Estratégia	Categoria
<ul style="list-style-type: none">- Maricá conta com uma política única no mundo todo, a Renda Básica de Cidadania, estruturada em conjunto com outras ações de economia solidária no município, como o Banco Comunitário e a moeda social Mumbuca. É um programa de transferência de renda da Prefeitura de Maricá, que se transformou no maior programa de renda básica da América Latina. Desde dezembro de 2019, mais de 42 mil pessoas recebem o benefício. Apesar de não exigir nenhuma condicionalidade, o programa restringe o uso do auxílio aos limites territoriais da cidade. De acordo com informações do Banco Mumbuca, de junho de 2020, o cartão de débito é aceito por cerca de 5.700 estabelecimentos credenciados – formais ou informais – possibilitando que o recurso circule exclusivamente no município, contribuindo para o desenvolvimento local.- Ações locais como antecipação do abono natalino para os beneficiários do Renda Básica, na moeda local, injetou cerca de 5,4 milhões de mumbucas na economia local. A prefeitura anunciou um pacote de R\$ 80 milhões, visando fomentar a economia do município e reduzir os efeitos negativos da crise, instituiu o aumento da transferência de 130 mumbucas mensais para 300 mumbucas mensais, por três meses, o que foi prorrogada por mais três meses em junho de 2020.	Transferência direta de renda
<ul style="list-style-type: none">- Adiamento da cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) fixo dos comerciantes e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU dos idosos (acima de 60 anos)).	Benefícios tributários
<ul style="list-style-type: none">- Implementação de uma linha de crédito para microempresários para pagamentos em 2021.	Crédito para Micro, Pequenas Empresas

Estratégia

- **Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT)** que previa o pagamento durante três meses, e passível de prorrogação por mais três meses, de valor equivalente a 1 SM para cerca de 12 mil trabalhadores autônomos, profissionais liberais e informais. O volume de benefícios concedidos acabou sendo o dobro do esperado, levando a prefeitura a ampliar o programa e adotar um teto de 26.518 mil.
- **Programa de Amparo ao Emprego (PAE)**, que buscava proteger trabalhadores do mercado formal. Microempresas com até 49 funcionários e microempreendedores individuais [MEIs] receberiam, em reais e não em mumbucas, montante equivalente a 1 SM por funcionário. Com previsão de duração de três meses, a política beneficiou cerca de 250 empresas.

Categoria

Garantia de emprego e renda

▪ SALVADOR - BA


Estratégia	Categoria
<p>- Programa “Auxílio Salvador por Todos”, no âmbito da Assistência Social, com o objetivo de garantir aos cidadãos que não têm emprego formal as condições mínimas de sobrevivência, diante da pandemia do novo coronavírus. Constitui-se em apoio financeiro, em pecúnia, com o objetivo de garantir aos cidadãos que não têm emprego formal as condições mínimas de sobrevivência, diante da pandemia de coronavírus. Fixado no valor mensal de R\$ 270,00 pelo prazo de 04 meses, totalizando 105 milhões em ajuda para os trabalhadores informais da capital baiana, impactados pelo isolamento social. Público beneficiário: pessoas inscritas nos cadastros municipais, até 20 de março de 2020, das seguintes categorias: baianas de acarajé; ambulantes; feirantes; camelôs; barraqueiros; baleiros; taxistas, motoristas de aplicativos e mototaxistas, com idade superior a 60 anos; guardadores de carro; recicladores; titulares do benefício moradia, em razão de vulnerabilidade social, que não recebam bolsa família; titulares do benefício moradia, cadastrados pelo Município como população de rua, que não recebam bolsa família. O recurso deve ser usado para compra de gás e R\$200,00 para alimentação.</p>	Transferência direta de renda

3. Discussão: do Global ao Local

As grandes crises econômicas da história da humanidade evidenciaram a importância da ação do Estado. Na atual crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, as ações voltadas diretamente para a problemática de saúde foram e ainda são fundamentais, mas não são suficientes para suportar as consequências sociais e econômicas de uma doença que se dissemina de forma tão rápida e intensa na sociedade. Nessa perspectiva, as estratégias adotadas por diferentes países versaram sobre a suspensão de barreiras institucionais aos gastos públicos, apoio à micro e às pequenas empresas, auxílio na manutenção dos empregos e renda, dentre outras estratégias, conforme tabela 1 deste texto.

De forma geral, países da União Europeia e Estados Unidos focaram suas ações no socorro às empresas, de diferentes portes, tanto por empréstimos diretos, com via garantias governamentais de créditos futuros ou ainda por aquisições patrimoniais. A tentativa de preservação de emprego e renda ocorreu por este tipo de medida e não necessariamente com apoio direto aos empregados e trabalhadores, mesmo que essas estratégias tenham ocorrido em menor escala (PALLUDETTO, et al., 2020; DIEESE, 2020; AMITRANO, MAGALHÃES e SILVA, 2020). Por outro lado, observou-se que, quanto menor a rede de proteção social e econômica dos países, maiores foram os recursos fiscais destinados à proteção social das famílias, inclusive com a expansão de gastos na assistência à saúde.

Em relação aos países da América Latina, a pandemia da COVID-19 chega justamente em um período de estagnação econômica. Conforme publicação de Vinicius Pinheiro, diretor regional da Organização Internacional do Trabalho para América Latina e Caribe (2020), em 2019, o crescimento dos países do continente latino foi de apenas 0,1%; a organização já alertava que a taxa de desemprego aumentaria de 8,1% em 2019 para 8,4% em 2020. Porém, com a crise econômica provocada pelas medidas de distanciamento social, as estimativas da OIT apontam para patamares ainda maiores de desempregados em 2020, principalmente entre os mais vulneráveis. Como consequências, a instituição destaca a diminuição da renda e uma pressão maior ainda sobre os sistemas de proteção social (OIT, 2020).



Para os trabalhadores e trabalhadoras informais, não há proteção social e de emprego em momentos de crise, nem para trabalhadores temporários. Especificamente, mulheres, jovens, indígenas, migrantes e negras enfrentam problemas ainda maiores para ingressar ou reingressar no mercado de trabalho formal, o que leva esse público aos subempregos e jornadas de trabalhos extra e intra domiciliar concomitantemente. A capacidade das mulheres em garantir seus meios de subsistência é altamente afetada durante a pandemia por mulheres trabalharem em setores que são diretamente afetados pela pandemia, como comércio e serviços, além dos problemas ligados à violência de gênero (ONU MULHERES, 2020).

3.1 Estratégias adotadas no Brasil

A fim de responder ao questionamento principal deste texto, destacamos as medidas adotadas a nível federal no Brasil para o combate às consequências econômicas da pandemia. Observando a tabela 2, podemos identificar que as medidas foram muito semelhantes aos países da União Europeia e EUA, tais como: **Decreto do Orçamento de Guerra**, apoio financeiro às empresas e bancos via linhas de crédito da Caixa Econômica Federal, **PRONAMPE** que é um programa de apoio às micros e pequenas empresas, além de abertura de R\$10 bilhões para financiar o **Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac)** que disponibilizará crédito a MEIs, micro, pequenas e médias empresas usuárias de “maquininhas” de cartão de crédito e débito, bem como prorrogação de pagamento de impostos.

No que concerne à manutenção da renda, foi criado o **Auxílio Emergencial** de R\$600,00 (cuja a proposta inicial era de R\$300,00) aprovado pelo Congresso Nacional, que foi fundamental aos trabalhadores informais e ME e MEIs; e o programa **Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda** que possibilitava a redução de salários e carga horária, mas a manutenção do vínculo formal do emprego (PALLUDETO, et al., 2020; DIEESE, 2020; BRASIL, 2020), bem como o próprio aumento para 1,2 milhão de beneficiários do Bolsa Família.

Cabe ressaltar que a discussão atual versa sobre medidas que se encaixem na política de austeridade fiscal para que o país siga “respeitando as contas públicas” e buscando outras formas de investimento sociais e econômicas, além de reformas distintas. Nesse cenário econômico de baixo crescimento e de crise sanitária, destaca-se o papel do Estado na recuperação econômica,

uma vez que o setor privado não consegue absorver a mão de obra disponível no mercado no curto prazo. Mais uma vez, o desemprego mostra a pressão que existe nos instrumentos de proteção social, como assistência e saúde pública, porém, políticas de austeridade agravariam ainda mais esse retrato do Brasil.

Um estudo do Banco Mundial (2020a) sobre o Brasil e a COVID-19 destaca que o país, mesmo à beira de uma nova recessão, precisa ter um Estado atuante, auxiliado pelo setor privado e em consonância com as estratégias adotadas por estados e municípios, os quais estão na linha de frente de combate à pandemia e têm apresentado diversas estratégias para recuperação econômica local, sendo os atores mais fundamentais no combate à crise sanitária. Segundo Banco Mundial (2020a), estima-se uma recuperação mais lenta para o Brasil, com crescimento de 2,2% em 2021, refletindo a recessão anterior de 2015-16.

O governo federal, juntamente com a atuação dos entes subnacionais, precisa implementar agendas com reformas que apoiem a recuperação econômica, mas com responsabilidade ambiental e social, possibilitando o diálogo com outras institucionalidades, públicas ou privadas. Ainda, diante do cenário de recessão e austeridade fiscal, torna-se fundamental políticas mais focalizadas, e que possibilitem o desenvolvimento local, a inclusão produtiva e o desenvolvimento de tecnologias e inovação.

Com base na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é preciso criar sinergias entre a gestão pública, setor privado e o terceiro setor para “não deixar ninguém para trás”, a partir de processos inclusivos.

Assim, questiona-se: “Quais as evidências de ações e políticas da gestão pública municipal trouxeram impactos positivos para a perspectiva da recuperação econômico inclusiva?”

3.2 Estratégias dos Municípios, Regiões e Estados para recuperação econômica

A presente revisão bibliográfica busca pontuar ações no nível municipal, estadual e regional de combate às consequências econômicas das medidas de distanciamento social. Ressalta-se que esta análise não se propõe a colocar em lados opostos economia versus saúde, mas a necessidade de controle da disseminação do vírus incidiu diretamente sobre o campo econômico.

As estratégias apresentadas na Tabela 3 não esgotam as ações que foram adotadas por diferentes entes federados, mas são referências para compreender possíveis caminhos a serem traçados pela gestão pública. Para tanto, as discussões analisam as estratégias, os atores envolvidos e o aprendizado que permanece dessas ações, além dos limites e perspectiva.

a) Ambiente de Negócios: apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Comércio Local

O apoio às pequenas empresas, microempresas e setores ligados ao comércio local é estratégia fundamental no combate às consequências econômicas da pandemia. O olhar mais objetivo para os pequenos empreendimentos é uma das recomendações do próprio Banco Mundial (2020b). Nesse sentido, inúmeros municípios fomentaram ações para, inicialmente, socorrer estes atores econômicos locais e até impulsionar a economia no pós-COVID com inovação e atuação em rede (ITO, PONGELUPPE, 2020).

De maneira geral, municípios como Manaus (AM), Porto Alegre (RS)⁵, Belo Horizonte (MG)⁶, Jundiaí (SP)⁷ e Campo Largo (PR) desenvolveram ações como redução de impostos, prorrogação de pagamento de tributos ou parcelamento, principalmente nos meses de abril, maio e junho, sendo que em muitos casos houve ampliação desses prazos, como IPTU, ISSQN, dentre outros. Nesse caso, identificaram-se ações ligadas às questões tributárias, cuja a simplificação é vista como ponto fundamental para

⁵ https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/coronavirus/2020/04/733000-recolhimento-de-icms-e-iss-e-adiado-por-90-dias-para-empresas-do-simples.html

⁶ Portaria Conjunta GP/SMPU N.1 31.03.2020. <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/01/coronavirus-cobranca-de-impostos-municipais-a-comerciantes-e-suspensa-em-bh.ghtml>


⁷ Decreto Nº 28.926 de 24 de março de 2020 de Jundiaí. <https://jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/imprensa-oficial-25032020.pdf>

incentivar as empresas a crescerem e estimular a manutenção dos empregos e da renda gerados pelas micro e pequenas empresas (GRIN et al., 2012)

De forma geral, alguns municípios conseguiram implementar programas que ultrapassaram a isenção de tributos, assim como as ações do Governo do Estado do Ceará que se valeu da necessidade de equipar as equipes de saúde e de assistência social e mobilizou o setor têxtil do estado, um dos setores que mais emprega e gera renda aos municípios do Ceará. A estratégia envolveu a compra de máscaras de tecido, tanto de empresas locais como de grupos e associações de mulheres artesãs que puderam participar dos editais governamentais. O fomento ao empreendedorismo local gera renda e tributos para a economia sendo também um mecanismo de redução das desigualdades para grupos específicos, como negros, mulheres, deficientes etc.

Um dos exemplos de apoio à economia local é do município de Montenegro, no Rio Grande do Sul. Ainda nos primeiros dias da pandemia, um grupo de atores locais como Jornal Ibiá, junto com ACI, Sindilojas e, posteriormente, prefeitura municipal buscaram atuar na valorização do comércio local. O programa “Sou daqui, compro aqui!” destaca a necessidade da **circulação local de bens e serviços** e o quanto essa demanda movimenta a economia, gerando empregos, **renda e impostos ao município**. Iniciando com apenas cartazes, atualmente este programa avançou e já desenvolveu aplicativo para fomentar estratégias do tipo *cashback*, uma forma de fidelizar clientes e inovar na interação. Como aprendizado, observou-se que movimentos de atores locais junto à gestão pública municipal pode dar mais suporte e maior visibilidade às ações de desenvolvimento local. Mesmo sendo uma estratégia nova, há demanda de permanência da campanha no pós-COVID-19.

De forma diferente, Florianópolis já tinha um **programa de incentivo aos pequenos empreendimentos comerciais**. No período da pandemia, o Programa “Juro Zero Floripa” ampliou o financiamento e a formalização, ampliou também o investimento produtivo, geração de emprego e renda pela manutenção de subsídios financeiros com valores que podem ser quitados ao longo do tempo e com aporte da gestão municipal. Como aprendizado, atualmente o atendimento do Programa ocorre de forma *online* por meio do Banco do Empreendedor. Florianópolis também suspendeu impostos dos comércios e serviços locais, a fim de facilitar e o ambiente de negócios no município.



De acordo com as discussões de Grin et al (2012) e Sarfati (2013), é preciso ainda considerar que trabalhadores por conta própria ou pequeno empresário (MPE ou MEI) buscam a satisfação das suas necessidades e, muitas vezes, geram empregos ligados ao setor de serviços, como salões de beleza, setor alimentício, confecções, comércio, etc. No entanto, existe o chamado empreendedor de alto impacto que, para os autores, apresenta uma atividade com alto crescimento econômico e geração de empregos de forma mais acelerada.

Considerando as atuais condições econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas que foram afetadas pela pandemia, em termos de políticas públicas para o empreendedorismo, os autores informam a necessidade de tipos diferentes de ações, de cunho regulatório e de estímulo. Isso significa que, independentemente do tipo de empresa e do tamanho, é preciso a formulação e implementação de políticas de regulação, tais como: facilitação de crédito, desburocratização trabalhista, tributária, de aberto e fechamento de negócios.

Além disso, entende-se o atual momento de crise como uma janela de oportunidade para elaboração de **políticas de estímulo** que incentivem a inovação, a criação de *startups* ligadas aos mais diferentes setores, incubadoras, a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

b) Renda Básica Municipal

Para além do Auxílio Emergencial do Governo Federal, alguns municípios desenvolveram ações que buscaram ampliar e garantir renda mínima à população mais vulnerável. Salvador, capital da Bahia, optou pela distribuição de vales para a compra de gás e renda de R\$200,00, um programa que cresceu em termos de receita e público beneficiário com o passar dos meses da pandemia, mas que é voltado à compra de cesta básica e gás, tendo assim impacto mais setorizado⁸ (SALVADOR, 2020).

No caso de Maricá, no Rio de Janeiro, o programa de renda mínima já existia antes da pandemia, mas foi ampliado em termos de recursos e do público beneficiário. Conforme seu desenho, permite fomentar a economia local através de moeda local – mumbuca que é paga aos beneficiários, dando maior liberdade no uso da moeda ao mesmo tempo que beneficia empreendimentos do comércio local (SILVA, SILVA, FREITAS e WALTENBER, 2020). Maricá é um município que conta com recursos provenientes dos royalties do petróleo, o que facilita a gestão municipal de estratégias de recuperação econômica.

Nos dois casos há a circulação de moedas-voucher complementares para dar suporte às pessoas em vulnerabilidade social e que permitam um movimento das economias locais pela especificidade das políticas públicas de moedas alternativas. Segundo Gonzales et al. (2020), essas moedas podem ser utilizadas nos municípios e expandirem-se para as regiões a partir da articulação das gestões públicas municipais, dando escala ao uso de moedas digitais, possibilitando também o desenvolvimento dos empreendimentos locais.

c) Mercados Institucionais e apoio às Cadeias Curtas de comercialização de alimentos

As medidas sanitárias de prevenção ao novo coronavírus geraram uma maior dificuldade de comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, pois restaurantes populares, escolas públicas e feiras são parte importante do destino da produção e acabaram fechados ou com redução das compras institucionais. A Confederação Nacional da Agricultura destacou que, o fechamento de parte do comércio e a consequente redução da demanda e volatilidade dos preços afetou negativamente se-

⁸ <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2020/04/06/ambulantes-e-trabalhadores-informais-de-salvador-receberao-ajuda-financeira-devido-ao-coronavirus-sai-ba-mais.ghtml> <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/04/10/em-rede-social-prefeito-de-salvador-anuncia-ampliacao-de-auxilio-para-taxistas-e-motoristas-de-aplicativo.ghtml>

tores da agricultura, informando que o aumento das compras governamentais seria uma medida necessária para minimizar os impactos da falta de comercialização de alimentos (SAMBUICH et al., 2020).

Assim, programas como PAA e o PNAE são fundamentais para a redução dos impactos econômicos e sociais da COVID-19, já que mais de 70% da produção de alimentos no Brasil é proveniente da agricultura familiar. Estes programas possuem grande capilaridade nos territórios, mobilizam famílias produtoras, instituições e o consumidores finais, além de trazer qualidade ao perfil nutricional dos consumidores.


Os trabalhos de Sambuich et al. (2020), Preiss et al. (2020) mostraram a redução das compras institucionais com a pandemia em função da redução dos canais de comercialização. No entanto, estes autores ressaltam que o aumento dos recursos nesses programas fortalece as economias locais, pois mais de 80% dos participantes são cooperativas, associações, grupos de produtores que não conseguiram manter a saúde financeira de seus negócios durante a redução da demanda.

No caso da alimentação escolar, mesmo com a suspensão das aulas presenciais na rede pública, o governo federal continuou repassando os valores para o PNAE por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁹. Porém, para adaptar o programa ao contexto do distanciamento social, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento junto ao Ministério da Educação e ao FNDE, por meio da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020¹⁰, permitiram a adaptação das chamadas públicas às demandas dos cardápios organizados pelas gestões locais e escolas, incluindo muitos alimentos não perecíveis, mas tentando manter a compra de alimentos *in natura*¹¹.

⁹<http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13554-entrega-de-kits-da-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-continua-garantida-durante-a-pandemia>

¹⁰Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica”. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-perguntas-frequentes>

¹¹Orientações para execução do PNAE – Pandemia do Coronavírus (Covid-19) . Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/13454-orienta%C3%A7%C3%A3os-para-a-execu%C3%A7%C3%A3o-do-pnae-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19>




Almeida et al. (2020) informam que o PAA, no âmbito econômico, atua como uma ferramenta capaz de promover estruturação de cadeias produtivas, acesso a novos mercados e indução ao dinamismo econômico. Os efeitos positivos do programa identificados pelos autores tratam do aumento na quantidade de produtos vendidos, com impacto na receita média, lucro líquido, além da garantia da comercialização e o aumento da renda das famílias agricultoras, o que influencia o consumo destas famílias, provocando um círculo virtuoso para o desenvolvimento da economia local (SAMBUICH et al., 2020).

Outro aspecto importante é que, mesmo que os mercados institucionais demandem de recursos federais, a estrutura e execução, bem como a circulação de bens alimentares e serviços acontece nos municípios. Logo, torna-se essencial a garantia de espaços de comercialização e apoio na divulgação das feiras locais, bem como apoio sanitário para a realização destas atividades. Um aporte de recursos nesse setor pode ser uma estratégia importante de inclusão produtiva, fortalecendo a economia das regiões interioranas, promovendo ações pela busca de alimentos mais saudáveis e sustentáveis, valorizando a produção local (PREISS et al, 2020).

Considerando ainda as oscilações do preço dos alimentos nos mercados tradicionais, estas estratégias e evidências, no caso da Região Metropolitana de Porto Alegre e na Região do Vale do Rio Pardo, mostram a necessidade de programas sólidos de aquisição de alimentos de associações ou cooperativas como forma de impulsionar as economias locais nos municípios interioranos e um esforço de apoio ao uso das tecnologias para comercialização dos produtos. Tem-se um modelo de geração de renda com retorno rápido, promovendo ainda o acesso à alimentação de qualidade por meio das cadeias curtas de produção e que se justifica pela redução dos impactos econômicos e sociais causados pela pandemia.

d) Governo Local, Extensão Acadêmica e Economia Solidária

Diante da crise sanitária da COVID-19 e, conseqüentemente da crise econômica, os casos de Juripiranga e Pedras de Fogo na Paraíba, Baixada Cuiabana, Região do Alto Paraguai e Regional Sul no Mato Grosso e Araraquara em São Paulo mostram novas estratégias adotadas por municípios como possibilidades de geração de oportunidades que auxiliam grupos sociais mais expostos à vulnerabilidade econômica (SILVA, S. P. et al, 2020). Estas evidências destacam a importância das Instituições de Ensino (IE) e demais organizações sociais que, em conjunto com a gestão pública municipal, fomentam iniciativas econômicas baseadas no associativismo, na autogestão e no desenvolvimento local sustentável (Economia Solidária).



Com base nas três experiências relatadas foi possível observar diferentes estratégias de atuação no território local na busca por respostas econômicas à crise do novo coronavírus por meio da **inclusão produtiva sustentável e da Economia Solidária**. Outro ponto é a importância das **redes na organização destes projetos**, o papel das IE nas comunidades, a atuação da gestão pública municipal e a mobilização de grupos produtivos no atendimento das demandas que surgem da própria pandemia, como a necessidade de máscaras e a comercialização domiciliar de alimentos.

Em relação ao aprendizado, as experiências apontaram que esses empreendimentos, por terem **gestões mais democráticas**, conseguiram se adaptar aos novos desafios, respondendo às exigências de tomadas de decisões emergenciais. Buscando novas frentes de comercialização, a ação extensionista foi fundamental no suporte aos pequenos empreendimentos locais e na garantia de renda aos associados, fomentando a economia local de forma inclusiva e solidária.


Considerações

O Brasil é um país muito heterogêneo e o combate ao surto da COVID-19 deu-se de forma distinta nos Estados e Municípios, variando conforme a disponibilidade de recursos financeiros, infraestrutura de saúde pública e organização da gestão municipal. Assim, foram identificados quatro caminhos principais, com maior ou menor grau de complexidade e atuação da gestão municipal.

As evidências mostraram que as **ações de curto** prazo estariam voltadas às isenções tributárias e medidas fiscais, bem como aporte financeiro e financiamento a juros baixos aos micros e pequenos empreendimentos. Estas estratégias permitiram uma **desburocratização do ambiente de negócios do município**, ainda que a curto prazo, mas que poderia ser implementada como uma política econômica futura e permanente. Este mesmo raciocínio valeria para as ações de incentivo ao comércio local, à valorização das **vocações econômicas** do município e até mesmo da região.

Já as **ações de médio prazo** estariam ligadas aos auxílios governamentais, **rendas básicas (emergenciais)** e até mesmo o uso de **moedas digitais locais**, a fim de superar a falta de recursos financeiros aos mais vulneráveis e aos pequenos empreendimentos comerciais que sustentam os empregos formais nos municípios, bem como a geração de tributos. Assim como nas estratégias de curto prazo, as rendas emergenciais auxiliaram a **manutenção do ambiente de negócios** do município, seja pela possibilidade de compra (circulação de mercadorias e bens), seja pela continuidade da prestação de serviços.

As evidências que apontaram ações mais complexas, com **arranjos institucionais** diversificados, destacaram a possibilidade de **atuação no longo prazo**, sendo este um espaço importante para fomentar estratégias de **recuperação econômica de forma in-**



clusiva e valorizando os produtos locais. Mais ainda, é essencial que a gestão pública municipal crie redes de colaboradores de múltiplos setores, como ações com as instituições de ensino, cooperativas, arranjos produtivos locais, etc. com o foco em ações que não fiquem concentradas na burocracia pública (ITO, PONGELUPPE, 2020).

As ações dos governos municipais são limitadas por condições fiscais, tributárias e do ambiente de governança do município. Porém, é preciso que a gestão municipal conheça o público vulnerável e mais exposto às crises sanitárias e econômicas; conheça também as características da economia – formal e informal – e os atores que estão envolvidos no processo de desenvolvimento local. Nem sempre é necessário começar políticas do estágio “zero”, mas adaptar e fortalecer os diversos programas já existentes, as redes locais para cooperação e incentivar o ambiente de negócios.

Por fim, as respostas da gestão pública, sendo elas de curto, médio e longo prazo, precisam focar em um modelo de desenvolvimento que promova a equidade de gênero, a redução das desigualdades raciais e sociais, a conservação do meio ambiente e a segurança alimentar e nutricional, a geração de empregos formais, o apoio aos empreendimentos comerciais e industriais, dentre outras ações que dialogam diretamente com a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2020).

Referências

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Pequenos negócios já representam 30% do Produto Interno Bruto do país.** 08.04.2020. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-ja-representam-30-do-produto-interno-bruto-do-pais,7b965c911da51710VgnVCM-1000004c00210aRCRD>

ALMDEIRA, A.F.C.S. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): um caso de Big Push Ambiental para a sustentabilidade no Brasil. In Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Repositório de casos sobre o big push para a Sustentabilidade no Brasil.** Brasília, DF, 2020.

AMITRANO, C; MAGALHÃES, L. C. DE; SILVA, M. S. Medidas de Enfrentamento dos Efeitos Econômicos da Pandemia Covid-19: Panorama Internacional e Análise dos casos eos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha. **Texto para Discussão** 2559. IPEA, 05.2020.

BANCO MUNDIAL. **COVID-19 no Brasil: Impactos e Respostas de Políticas Públicas.** 2020a <http://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>

BANCO MUNDIAL. Como apoiar as micro e pequenas empresas para superar os choques causados pela COVID-19. **Artigo de Opinião** - Rafael Muñoz Moreno, 2020b. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2020/07/10/brazil-how-support-micro-small-medium-enterprises-overcome-covid-19-coronavirus-shock>

BRASIL. Ministério da Economia. **Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19 (Coronavírus) — linha do tempo.** Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline?b_start:int=0

GRIN, E. J. et al. **Desenvolvimento de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo em Estados e Municípios.** Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15751/politicas_publicas_site.pdf?sequence=1&isAllowed=y

GONZALES, L. et al. Moedas complementares digitais e políticas públicas durante a crise da COVID-19. **Revista de Administração Pública** | Rio de Janeiro 54(4):1146-1160, jul. - ago. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81909/78142>

IPEA. Apontamentos Sobre a Dimensão Territorial da Pandemia daCovid-19 e os Fatores que Contribuem para Aumentar a Vulnerabilidade Socioespacial nas Unidades de Desenvolvimento Humano de Áreas Metropolitanas Brasileiras. **Nota Técnica** N.15 – Dirur. Abril de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200423_nt_dirur%20n%2015_web.pdf

ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. **Revista de Administração Pública**. v. 54, n. 4 (2020). Dossiê: A resposta da administração pública brasileira aos desafios da pandemia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81885>

JUNDIAÍ. Prefeitura Municipal. **Decreto Nº 28.926**, de 24 de março de 2020 de Jundiaí – SP. Imprensa Oficial – Poder Executivo. 24 de março de 2020, Edição Extra 4704. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/imprensa-oficial-25032020.pdf>

MONTENEGRO. Prefeitura Municipal. **Plano de Apoio para Retomada Econômica Montenegro/RS**. <http://www.montenegro.rs.gov.br/?template=abre-Anexos&arquivo=66802&nomeArquivo=Plano%20de%20Retomada%20Econ%C3%B4mica%20-%20SMIC&categoriaDownload=1>

NOGUEIRA, M. O.; SILVA, S. P.; CARVALHO, S. S. Socorro Governamental às Pequenas Unidades Produtivas frente à atual Pandemia. **Nota Técnica Nº 63**. Diset: Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura. Maio de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200519_NT_N63_Diset.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU MULHERES BRASIL. **GÊNERO E COVID-19 NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: DIMENSÕES DE GÊNERO NA RESPOSTA**. Brief, março 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Marco de la ONU para la respuesta socioeconómica inmediata ante el COVID-19**. Abril de 2020. Disponível em: https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-06/ES_UN-Framework-Report-on-COVID-19.pdf

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. América Latina e o emprego nos tempos de pandemia. **Artigo de Opinião**. Notícias, 27 de março de 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740030/lang--pt/index.htm

PREISS, P. V. et al. **Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa** “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”: Regiões Metropolitana do Delta do Jacuí e Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: OBSERVA-DR, 2020. Disponível em: http://observadr.org.br/portal/wp-content/uploads/2020/06/relatorio-de-resultados_Regi%C3%A3o-Metropolitana-e-Vale-do-Rio-Pardo-1.pdf

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Lei Ordinária n. 9.517. Programa Auxílio Salvador para Todos. 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2020/952/9517/lei-ordinaria-n-9517-2020-institui-o-auxilio-salvador-por-todos-no-ambito-da-assistencia-social-com-o-objetivo-de-garantir-aos-cidadaos-que-nao-tem-emprego-formal-as-condicoes-minimas-de-sobrevivencia-diante-da-pandemia-de-coronavirus-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias?q=covid-19>

SAMBUICH, R. H. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**. v. 54, n. 4 (2020). Dossiê: A resposta da Administração Pública Brasileira aos desafios da Pandemia. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81904>

SARFATI, G. Políticas Públicas de Empreendedorismo e de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs): o Brasil em Perspectiva Comparada. In: GOMES, M. V. P.; ALVES, M. A.; FERNANDES, R. J. R. (ORG) **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/politicas_publicas_de_fomento_ao_empreendedorismo_e_as_micro_e_pequenas_empresas_alta.pdf

SILVA, S. P. et al. Extensão Universitária, Economia Solidária e Geração de Oportunidades no contexto da Covid-19: uma visão a partir de três experiências concretas no Território Brasileiro. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. N.69. Ano 26. Julho 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_BMT_69_extencao_universitaria.pdf

SILVA, J. L. da; SILVA, R. C. da; FREITAS, F.; WALTENBERG, F. Políticas Socioeconômicas de reação à Crise da COVID-19 no Município de Maricá, Rio de Janeiro. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. N.69. Ano 26. Julho 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_BMT_69_politicas_socioeconomicos.pdf

ANEXO I

Categoria	Significado
Aproximação com Universidades	<i>Apoio das Instituições de ensino para estruturação do comércio local, comunicação dos empreendimentos locais.</i>
Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária	<i>Apoio aos empreendimentos locais que operam à margem dos mecanismos tradicionais de mercado e abarcam parcelas vulneráveis da população</i>
Ativação de comércio e produção local via compras públicas	<i>Estratégias de incentivo às compras de empresas e vendedores locais. Compras institucionais</i>
Ativação de comércio e produção via compras públicas	<i>Estratégias de incentivo às compras de empresas e vendedores em geral. Compras institucionais</i>
Auxílio financeiro governamental entre entes	<i>Incrementação de receitas de entes federativos a partir de repasses</i>
Benefícios tributários	<i>Isenção ou prorrogação de impostos e contribuições obrigatórias</i>
Crédito para Empresas para manutenção de empregos	<i>Programas de facilitação de acesso ao crédito aos diversos perfis de empresas</i>
Crédito para Micro, Pequenas e Grandes Empresas	
Crédito para Micro, Pequenas Empresas	
Crédito para Pequenas e Médias Empresas	
Diretrizes gerais de política fiscal	<i>Alterações de diretrizes/ regras que permitam expansão de gastos como resposta à crise</i>
Educação empreendedora	<i>Atividades de capacitação para empreendedorismo e educação financeira</i>
Estatização	<i>Aquisição de empresas por parte do governo para impedir falências e/ ou ondas de demissões</i>

Categoria	Significado
Exploração das vocações locais	<i>Ações voltadas ao fortalecimento de setores econômicos de maior potencial/ predominância no local</i>
Garantia de emprego e renda	<i>Intervenções diretas para evitar demissões e manter fluxo de rendimento do trabalho nas famílias</i>
Proteção Social	<i>Reforço em programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social</i>
Suporte direto a grandes empresas/ cadeias econômicas	<i>Apoios e incentivos para grandes empresas visando evitar efeito cascata em suas cadeias, causadas por não cumprimento de obrigações, fechamento de unidades e falências</i>
Transferência direta de renda	<i>Pagamento de benefícios que assegurem a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio do acesso a renda, e a promoção da autonomia</i>

Autora

Tanise Dias Freitas

Mestre e Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM. Doutora em Sociologia pela UFRGS. Pós-doutora em Economia e Desenvolvimento pela UFSM e Desenvolvimento Regional pela UNISC. Consultora e Pesquisadora na área de Políticas Públicas, Diagnóstico Social, Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos. Especialista nos temas de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas. Sócia na LLUM Projetos.



Projeto de Fortalecimento da Estratégia ODS

Parceria

Coordenação

Cofinanciamento



UNIÃO EUROPEIA